PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2024

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL

TIPO 2 – VERDE

SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A questão discursiva deverá ser redigida entre **10 (dez)** e **20 (vinte)** linhas.

TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

CONHECIMENTOS GERAIS
Língua Portuguesa

1

Observe a frase: "Avalia-se a inteligência de um indivíduo pela quantidade de incertezas que ele é capaz de suportar".

Assinale a opção em que a substituição proposta para o contexto da frase é ***inadequada***.

(A) "Avalia-se" por "É avaliada".
(B) "de um indivíduo" por "individual".
(C) "pela" por "por meio da".
(D) "quantidade" por "número".
(E) "é capaz" por "tem a capacidade".

2

Assinale a opção em que a palavra "bem" mostra valor intensificador.

(A) Um problema está, de início, resolvido, se está bem colocado.
(B) Não combata as crenças que fazem os outros bem felizes.
(C) Depois do atentado, ficou bem.
(D) Nunca me senti tão bem quanto agora.
(E) O bem não deve ser abandonado pelo mal.

3

Observe a frase: "A mediocridade é o excelente para os medíocres".

Sobre as classes de palavras presentes nessa frase, é correto afirmar que

(A) Há um substantivo e dois adjetivos.
(B) Há dois substantivos e um adjetivo.
(C) Há três substantivos.
(D) Há três adjetivos.
(E) Há dois substantivos e dois adjetivos.

4

Observe a frase:

"Os ignorantes são muitos, os néscios são infinitos e, assim, o que os tiver do seu lado, esse será o senhor do mundo inteiro".

Assinale a afirmação correta sobre sua estrutura ou significado.

(A) A frase mostra as vantagens da ignorância.
(B) Em "os tiver", o pronome "os" se refere a "muitos".
(C) O pronome "esse" se refere a "senhor do mundo".
(D) O adjetivo "infinitos" é menos intenso que "muitos".
(E) O autor da frase critica a falta de conhecimento de muitos.

5

Assinale a frase em que a substituição do termo sublinhado por um só vocábulo foi feita de forma adequada.

(A) Nada necessita de tantas reformas quanto o hábito <u>dos outros</u> / alheio.
(B) O aparelho <u>de regulação</u> da temperatura está com defeito / regular.
(C) Frequentava <u>todos os dias</u> e biblioteca do colégio / periodicamente.
(D) A porta <u>de ferro</u> era um obstáculo à invasão / ferruginosa.
(E) O movimento <u>dos estudantes</u> tinha muitos seguidores / estudioso.

6

Todos os dicionários apresentam vocábulos cujos significados são exemplificados com frases.

Assinale a frase que serve de exemplo correto para o significado dado da palavra em maiúsculas.

(A) CASA – local de moradia, residência: A camisa mostrava as casas dos botões ainda fechadas.
(B) NARIZ – órgão da cabeça que aspira o ar: A menina pretendia fazer uma operação plástica do nariz.
(C) MANGUEIRA – árvore produtora de mangas: O pai usava diariamente a mangueira para regar as plantas.
(D) CAIXA – embalagem de papel para pequenos produtos: A caixa d'água do condomínio estava vazando.
(E) CABEÇA – parte superior do corpo humano: O barbeiro era o cabeça da revolução popular.

7

Assinale a frase em que o tempo verbal sublinhado é ***diferente*** do das demais frases.

(A) A palavra "progresso" não terá nenhum sentido enquanto <u>houver</u> crianças infelizes.
(B) Se você <u>quiser</u> caminhar sozinho, vá em frente.
(C) Até um imbecil passa por inteligente se <u>ficar</u> calado.
(D) Não destruas as crenças que fazem os outros felizes, se não podeis <u>incutir</u>-lhes outras melhores.
(E) Quando <u>chegar</u> a primavera, todas as flores se abrirão.

8

A frase "Habilidade é a arte de obter crédito pelo gol que os outros fizeram" mostra uma referência ao seguinte defeito dos homens:

(A) a ignorância.
(B) o egoísmo.
(C) o orgulho
(D) a vaidade.
(E) a desonestidade.

9

Assinale a frase que mostra uma oposição construído por vocábulos antônimos.

(A) Se você quiser ser uma ponte, precisa estar preparado para ser pisado.
(B) Aprendi na vida que a maioria dos problemas complexos tem soluções simples.
(C) A mediocridade fundou a autoridade.
(D) Não há graus intermediários entre o medíocre e o pior.
(E) Não se deve mudar de opinião se não se pode mudar de conduta.

10

As frases a seguir mostram palavras repetidas.

Assinale aquela em que os dois vocábulos não são a mesma palavra.

(A) As pessoas que são boas em arranjar desculpas raramente são boas em qualquer outra coisa.
(B) Na minha pequena cidade havia um doido célebre, mas que não era tão doido quanto parecia.
(C) Se você é tolo, fique rodeado de pessoas inteligentes. Se você é inteligente fique rodeado de pessoas inteligentes que discordem de você.
(D) Não só uso o cérebro que tenho, como todos os cérebros que posso pedir emprestado.
(E) Os que aprovam uma opinião a chamam opinião, mas os que a desaprovam a chamam heresia.

Legislação Institucional

11

Maria, servidora ocupante de cargo efetivo no âmbito do Poder Executivo do Município de Abreu e Lima, recebeu comunicação da autoridade competente no sentido de que deveria se submeter a inspeção médica, determinação esta que decorria do fato de apresentar indícios de lesões funcionais. Ao receber a comunicação, Maria informou que não se submeteria à inspeção, pois ela afrontaria a sua intimidade.

À luz da sistemática estabelecida na Lei Municipal nº 598/2007, é correto afirmar que

(A) a negativa de Maria está correta.
(B) Maria está sujeita à sanção de demissão.
(C) Maria está sujeita à sanção de advertência.
(D) Maria está sujeita à sanção de suspensão de até quinze dias, cujos efeitos cessarão uma vez cumprida a determinação.
(E) a negativa de Maria somente estará correta se a determinação não tiver sido chancelada por decisão judicial.

12

Maria, assessora de vereador na Câmara Municipal de Beta, recebeu a incumbência de verificar a possibilidade de a lei municipal vir a dispor que os servidores municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, que desempenhassem funções de confiança ou cargos em comissão por mais de oito anos, teriam o respectivo valor incorporado, em caráter definitivo, à remuneração do cargo efetivo.

Após detida análise, Maria concluiu corretamente, à luz do que dispõe a Constituição da República, que

(A) a medida somente é possível em relação aos cargos em comissão.
(B) a medida somente é possível em relação às funções de confiança.
(C) a medida não pode ser implementada pela legislação municipal.
(D) a medida é possível, mas a soma do valor incorporado com a remuneração regular não pode ultrapassar o teto remuneratório constitucional.
(E) a incorporação do valor somente é admitida se for temporária, limitada ao lapso de exercício contínuo do cargo em comissão ou da função de confiança.

13

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito de um órgão da Administração Pública direta do Poder Executivo do Município de Abreu e Lima, teve conhecimento da realização de estudos para que o seu cargo fosse deslocado para uma autarquia vinculada à mesma estrutura estatal de poder.

Após analisar a Lei Municipal nº 598/2007, João concluiu corretamente que o objetivo almejado

(A) pode ser realizado de ofício.
(B) é expressamente vedado, por afrontar a inamovibilidade.
(C) somente poderá ser realizado quando o seu cargo estiver vago.
(D) independe da manutenção da essência das atribuições do cargo.
(E) pressupõe o seu requerimento, estando sujeito à análise discricionária da Administração Pública.

14

O Prefeito do Município de Abreu e Lima almejava realizar a concessão de uso de um bem público municipal, o que permitiria que lhe fosse dada destinação que, ao seu ver, era de interesse da coletividade. Por tal razão, solicitou que sua assessoria analisasse a necessidade, ou não, de a Câmara Municipal autorizar a sua iniciativa.

A assessoria respondeu corretamente, à luz da Lei Orgânica do Município de Abreu e Lima, que

(A) é necessária a autorização da Câmara Municipal, qualquer que seja o bem municipal objeto de concessão.
(B) somente as concessões e as permissões não onerosas carecem de prévia aquiescência da Câmara Municipal.
(C) em razão do princípio da separação dos poderes, trata-se de ato privativo do Poder Executivo, sem ingerência do Poder Legislativo.
(D) os bens municipais somente podem ser objeto de permissão, não de concessão, não sendo necessária a aquiescência da Câmara Municipal.
(E) somente é necessária a autorização da Câmara Municipal em se tratando de bens de uso comum ou de uso especial, não de bens dominicais.

15

João, servidor público municipal, foi regularmente acusado da prática de ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429/1992.

Considerando a sistemática adotada por esse diploma normativo em relação ao elemento subjetivo do agir e aos três artigos dedicados à tipologia, é correto afirmar que João

(A) necessariamente praticou um ato doloso, caracterizado pelo especial fim de agir, e sua conduta pode ter sido enquadrada em um artigo com tipologia exemplificativa ou exaustiva.
(B) necessariamente praticou uma conduta com dolo geral, e sua conduta pode ter sido enquadrada em um artigo com tipologia exemplificativa ou exaustiva.
(C) necessariamente praticou um ato doloso, caracterizado pelo especial fim de agir, e sua conduta foi enquadrada em um artigo com tipologia exemplificativa.
(D) necessariamente praticou um ato doloso, caracterizado pelo especial fim de agir, e sua conduta foi enquadrada em um artigo com tipologia exaustiva.
(E) praticou um ato doloso, de natureza geral ou específica, ou um ato culposo, e sua conduta foi enquadrada em um artigo com tipologia exemplificativa.

16

Após a devida análise do órgão competente da Câmara Municipal de Abreu e Lima, foi concluída a confecção da proposta a orçamentária dessa estrutura estatal de poder para o exercício financeiro subsequente.

Nesse caso, é correto afirmar que a referida proposta, à luz da Lei Orgânica do Município de Abreu Lima, deve ser encaminhada

(A) pelo Presidente da Câmara Municipal à Comissão de orçamento e Finanças.
(B) pelo Presidente da Câmara Municipal ao Secretário Municipal de Fazenda.
(C) pelo Primeiro Secretário à Comissão de Orçamento e Finanças.
(D) pela Mesa Diretora ao Plenário da Câmara Municipal.
(E) pela Mesa Diretora ao Prefeito Municipal.

17

Durante operação dos órgãos de segurança pública do Estado Beta contra uma organização criminosa, Ana, cinegrafista da rede televisiva ZDC, foi atingida por disparos de arma de fogo, vindo a falecer.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar, à luz da sistemática constitucional, que a responsabilidade civil de Beta é

(A) objetiva, observada a teoria do risco integral.
(B) objetiva, observada a teoria do risco administrativo.
(C) subjetiva, somente se compatibilizando com o dolo.
(D) subjetiva, exigindo-se a demonstração do dolo ou da culpa.
(E) subjetiva, com a possibilidade de demonstração da culpa exclusiva da vítima.

18

Após apuração dos órgãos competentes, constatou-se que determinada permissionária de serviço público municipal, no âmbito do Município de Abreu e Lima, tinha infringido norma de proteção ambiental.

Em razão da afronta ao meio ambiente, é correto afirmar, em relação à permissão administrativa, que esta última

(A) será revogada.
(B) será suspensa, enquanto persistir a irregularidade.
(C) não pode ser renovada enquanto perdurar a situação de irregularidade.
(D) não é afetada, tanto em sua permanência, como em relação à sua renovação.
(E) será reduzida proporcionalmente em seu prazo de duração, considerando a natureza da irregularidade.

19

Joana, vereadora no âmbito do Município Alfa, por considerar defasada a contraprestação estipendial paga aos edis pelo exercício funcional, cogita apresentar projeto de lei dispondo sobre:

I. verba de representação, fixando-a em 20% da contraprestação estiendial regularmente recebida;
II. adicional de férias, fixando-o em um terço da contraprestação estipendial regularmente recebida; e
III. gratificação de especial desempenho, fixada em três níveis, até o limite de 9% da contraprestação estipendial regularmente recebida, conforme a frequência e produtividade do edil.

Após analisar a conformidade constitucional das três medidas, Joana concluiu corretamente que

(A) todas são constitucionais.
(B) apenas a medida I é constitucional.
(C) apenas a medida II é constitucional.
(D) apenas as medidas I e III são constitucionais.
(E) apenas as medidas II e III são constitucionais.

20

Pedro ocupava cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Município de Abreu Lima. Após processo administrativo disciplinar, sofreu a sanção de demissão. Anos depois, por decisão judicial, foi determinado o seu retorno ao cargo anteriormente ocupado.

À luz da sistemática estabelecida na Lei municipal nº 598/2007, é correto afirmar que incidirá no caso o instituto

(A) da reversão.
(B) da recondução.
(C) da reintegração.
(D) do aproveitamento.
(E) da nomeação derivada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21

O Prefeito do Município Beta editou decreto dispondo sobre a criação de determinada unidade de conservação, no âmbito do Município, com o objetivo de proteger o respectivo bioma. Após alguns anos, o mesmo Prefeito foi convencido de que a referida área tinha grande potencial imobiliário. Por tal razão, solicitou que sua assessoria informasse o instrumento que poderia ser utilizado para a supressão da proteção que fora estabelecida, isto sem que o novo uso comprometesse a integridade dos atributos que justificaram a sua proteção.

A assessoria respondeu corretamente que esse instrumento

(A) pode ser o decreto.
(B) é necessariamente a lei.
(C) não está previsto na ordem jurídica.
(D) é necessariamente a lei complementar.
(E) é necessariamente decisão proferida pelo Poder Judiciário.

22

A Lei nº XX/2023, do Estado Alfa, dispôs que os mandados de segurança impetrados contra atos dos Prefeitos Municipais seriam processados e julgados perante o Tribunal de Justiça.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº XX/2023 é

(A) constitucional, pois a competência do Tribunal de Justiça deve ser disciplina em lei estadual.
(B) constitucional, desde que a Lei nº XX/2023 tenha se originado em projeto de iniciativa do Tribunal de Justiça.
(C) inconstitucional, pois a ampliação da competência do Tribunal de Justiça deve ser prevista na Constituição Estadual.
(D) inconstitucional, pois a ampliação da competência do Tribunal de Justiça deve ser prevista em resolução do órgão.
(E) inconstitucional, pois a competência do Tribunal de Justiça está exaustivamente prevista na Constituição da República.

23

Arnaldo e João travaram intenso debate a respeito da natureza jurídica das normas constitucionais que consagram direitos fundamentais. Enquanto Arnaldo afirmava que algumas dessas normas ofereciam posições definitivas, insuscetíveis de terem a sua aplicação afastada em determinada situação concreta, João defendia que todas essas normas tinham um conteúdo *prima facie*, que poderia sofrer ampliações ou restrições conforme as circunstâncias do caso concreto e as demais normas que nele incidissem, de modo que eventual conflito seria resolvido no plano da aplicação.

À luz dos desenvolvimentos teóricos na seara dos direitos fundamentais, é correto afirmar que

(A) Arnaldo e João entendiam que as normas a que se referiram têm a natureza de regras, tendo apenas realizado enfoques distintos.
(B) Arnaldo e João entendiam que as normas a que se referiram têm a natureza de princípios, tendo apenas realizado enfoques distintos.
(C) Arnaldo entendia que as normas a que se referiu têm a natureza de princípios, enquanto que João atribuía às normas por ele referidas a natureza de regras.
(D) Arnaldo entendia que as normas a que se referiu têm a natureza de regras, enquanto que João atribuía às normas por ele referidas a natureza de princípios.
(E) Arnaldo entendia que as normas a que se referiu têm a natureza de postulados normativos, enquanto que João atribuía às normas por ele referidas a natureza de regras.

24

O Presidente da República recebeu minuta de decreto do Ministério da área, a qual dispunha, no Art. 1º, sobre a extinção dos cargos públicos de simbologia X e Y, estando a totalidade deles vagos; no Art. 2º, sobre a extinção dos cargos públicos de simbologia Z, estando pequeno percentual deles ocupado; e, no Art. 3º, sobre a organização interna de alguns setores da Administração Pública Federal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o(s) seguinte(s) artigo(s) da referida minuta se ajusta(m) à competência constitucional do Presidente da República:

(A) apenas o Art. 3º.
(B) apenas o Art. 2º.
(C) os Arts. 1º, 2º e 3º.
(D) apenas os Arts. 1º e 2º.
(E) apenas os Arts. 1º e 3º.

25

Com o objetivo de diminuir a elevada taxa de natalidade por parte de famílias que não tinham condições materiais para assegurar a subsistência de seus filhos, foi promulgada a Lei Federal nº XX/2023, que estabeleceu normas cogentes para o planejamento familiar, assegurando benefícios financeiros aos casais que as observassem e cominando multas àqueles que as descumprissem.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei Federal XX/2023 é

(A) inconstitucional, já que o planejamento familiar é de livre decisão do casal.
(B) constitucional, pois a cominação de multa é possível sempre que praticado um ato ilícito.
(C) inconstitucional, apenas na parte em que cominou multas para o seu descumprimento.
(D) constitucional, pois o saudável desenvolvimento dos filhos não pode ser comprometido pela irresponsabilidade dos pais.
(E) constitucional, considerando o benefício financeiro assegurado àqueles que cumprissem o planejamento familiar.

26

Os dois filhos do Prefeito do Município Teta decidiram que iriam concorrer na próxima eleição municipal, na qual o pai seria candidato a reeleição. O filho X tentaria a reeleição para o cargo de vereador, certo de que poderia aumentar o seu número de votos e se credenciar para presidir a Câmara Municipal de Teta. O filho Y, por sua vez, iniciaria a sua vida política também concorrendo como vereador no Município Teta.

À luz dessa narrativa, em que os membros da mesma família, nas circunstâncias indicadas, decidiram concorrer, no mesmo ano, nas eleições para cargos do Município Teta, é correto afirmar que

(A) não há óbice a que os filhos concorram ao cargo de vereador.
(B) o filho Y está inelegível para concorrer ao cargo de vereador.
(C) o filho X está inelegível para concorrer ao cargo de vereador.
(D) o Prefeito está inelegível para concorrer à reeleição.
(E) o Prefeito estará inelegível caso o filho X concorra.

27

Diversas pessoas residentes no Município Alfa, com o objetivo de zelar pelo aprimoramento intelectual de crianças e adolescentes e, paralelamente, permitir que possam realizar as escolhas que entendessem mais adequadas para suas vidas, encaminharam um anteprojeto de lei ao Prefeito Municipal para que analisasse a possibilidade de apresentá-lo à Câmara Municipal. O Art. 1º do anteprojeto dispunha que o Município ofereceria, de modo gratuito, todos os níveis da educação básica; o Art. 2º dispunha que a educação básica seria obrigatória dos 4 aos 14 anos; e o Art. 3º previa a criação de uma universidade municipal.

É correto afirmar que é(são) compatível(eis) com a ordem constitucional o(s) seguinte(s) preceito(s) do anteprojeto:

(A) apenas os Arts. 1º e 3º.
(B) apenas os Arts. 2º e 3º.
(C) os Arts. 1º, 2º e 3º.
(D) apenas o Art. 1º.
(E) apenas o Art. 2º.

28

Certo legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça ajuizou representação de constitucionalidade sob o argumento de que a Lei nº XX, do Município Alfa, afrontava certas normas da Constituição da República de 1988.

Considerando os termos da narrativa, é correto afirmar que a referida ação

(A) somente pode ser conhecida se o paradigma de confronto indicado tiver sido reproduzido na Constituição do respectivo Estado.
(B) não pode ser conhecida em hipótese alguma, já que o paradigma de confronto indicado é a Constituição da República.
(C) deve ser encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, sob pena de ser caraterizada a usurpação de competência quanto à guarda da Constituição da República.
(D) somente pode ser conhecida se o paradigma de confronto indicado for de reprodução obrigatória na Constituição Estadual e essa reprodução tiver ocorrido.
(E) deve ser conhecida caso o paradigma de confronto indicado seja norma de reprodução obrigatória na Constituição Estadual, ainda que essa reprodução não tenha ocorrido.

29

João nasceu no território brasileiro quando os seus pais, de nacionalidade italiana, trabalhavam no País a serviço de uma famosa sociedade empresária cuja sede estava situada na Itália. Menos de um ano após o nascimento, os pais de João retornaram ao seu País de origem.

À luz da sistemática constitucional, João é

(A) estrangeiro.
(B) brasileiro nato.
(C) brasileiro naturalizado.
(D) brasileiro naturalizado, desde que venha a residir no território brasileiro.
(E) brasileiro nato, desde que opte pela nacionalidade brasileira em qualquer tempo, depois de atingir a maioridade.

30

Analise a seguinte narrativa: (1) A Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da Seção do Estado Beta, (2) ajuizou ação direta de inconstitucionalidade por omissão, perante o Supremo Tribunal Federal, argumentando que (3) a não edição de determinada norma regulamentadora do Art. X da Constituição da República, de competência do Estado Teta, estava inviabilizando o aprimoramento do controle social dos atos da Administração Pública. Por tal razão, (4) requereu a concessão de medida liminar para que o Tribunal integrasse a eficácia da norma constitucional até que sobreviesse a norma regulamentadora.

Considerando a sistemática afeta à ação direta de inconstitucionalidade por omissão, é correto afirmar que

(A) todos os tópicos da narrativa estão corretos.
(B) apenas os tópicos 1, 2 e 3 estão corretos.
(C) apenas os tópicos 1, 3 e 4 estão corretos.
(D) apenas os tópicos 1 e 2 estão corretos.
(E) apenas os tópicos 2, 3 e 4 estão corretos.

Direito Administrativo

31

Ao compulsar a Lei Complementar nº 182/2021, que institui o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador, Lindalva observou a seguinte definição: "*conjunto de condições especiais simplificadas para que as pessoas jurídicas participantes possam receber autorização temporária dos órgãos ou das entidades com competência de regulamentação setorial para desenvolver modelos de negócios inovadores e testar técnicas e tecnologias experimentais, mediante o cumprimento de critérios e de limites previamente estabelecidos pelo órgão ou entidade reguladora e por meio de procedimento facilitado*".

Nesse contexto, Lindalva verificou que tal definição corresponde à de

(A) faixa de experimentação.
(B) estrutura de livre descoberta.
(C) espaço de regulamentação específica.
(D) *sandbox* regulatório.
(E) ambiente regulatório estruturante.

32

No exercício de suas atribuições como procurador do município de Abreu e Lima, Zion foi instado a se manifestar acerca dos parâmetros estabelecidos na Constituição da República para a remuneração dos agentes públicos municipais, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, contexto em que ele pontuou corretamente que

(A) o subsídio do prefeito não se submete ao teto constitucional de remuneração.
(B) o limite constitucional para a remuneração de vereadores não considera o número de habitantes do respectivo Município.
(C) caso o agente público municipal acumule licitamente dois cargos públicos o teto remuneratório é considerado em relação ao somatório de seus ganhos, independente da remuneração paga a cada um dos cargos.
(D) as verbas de caráter indenizatório previstas em lei, eventualmente pagas aos agentes públicos municipais, não serão computadas para efeito dos limites remuneratórios constitucionais.
(E) não há limite específico em âmbito municipal, de modo que a remuneração máxima dos agentes públicos municipais deve observar o subsídio do governador do respectivo Estado.

33

Diante dos tipos constitucionais de desapropriação, existem aquelas que têm viés sancionatório, na medida em que cabíveis em situações em que há violação da função social da propriedade, o que tem reflexos na indenização a ser paga pelo ente competente.

Nesse contexto, é correto afirmar que podem ser apontadas como exemplos dos referidos tipos de desapropriação com viés sancionatório

(A) a desapropriação por necessidade pública e a confisco.
(B) a desapropriação urbanística e a por utilidade pública.
(C) a desapropriação confisco e a por utilidade pública.
(D) a desapropriação por interesse social e a por necessidade pública.
(E) a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e a urbanística.

34

Considerando as disposições constitucionais em matéria de licitações e contratos, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que

(A) os Municípios não têm competência para legislar acerca do assunto, sobre quaisquer aspectos.
(B) o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato tem base constitucional.
(C) as hipóteses de contratação direta podem ser determinadas por Decreto dos entes federativos.
(D) as alienações da Administração, em regra, não se submetem ao procedimento licitatório.
(E) compete à União, para além das normas gerais, editar leis acerca do tema para fins de atender as especificidades locais dos demais entes federativos.

35

Ao aprofundar os seus estudos acerca do Poder Regulatório e do Poder Regulamentar, Aristides concluiu corretamente que

(A) tais expressões são sinônimas no âmbito da função administrativa, abarcando exclusivamente a atividade normativa, cujos respectivos atos podem ser editados tanto pela Administração Direta, quanto pela Indireta.
(B) a atividade normativa, que é a nota diferencial de tais prerrogativas, apenas pode ser exercida por órgãos da Administração Direta, na medida em que é vedada a edição de atos normativos por entidades da Administração Indireta.
(C) são prerrogativas diferentes, considerando que no âmbito regulatório a Administração exerce atividade complexa que abarca as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
(D) em ambos os casos, é amplamente admitida a edição de regulamentos autônomos, considerando que a Constituição expressamente consagra, como regra, a viabilidade dos respectivos atos normativos inovarem no ordenamento jurídico.
(E) a principal distinção entre tais prerrogativas está no fato de que em relação à atividade regulatória a Administração não pode atuar como agente normativo, exercendo exclusivamente as funções de incentivo e planejamento que são determinantes para o setor privado.

36

Celeste e Osmar estavam estudando juntos para determinado concurso público, quando iniciaram um debate acerca da teoria dos motivos determinantes, sendo correto afirmar que ambos concluíram corretamente que

(A) nas hipóteses em que a justificativa de fato ou de direito indicada na motivação é inexistente ou juridicamente inadequada para o resultado obtido, sua aplicação deve ensejar a anulação do ato.
(B) nas hipóteses em que é verificada a existência de vício na justificativa de fato ou de direito indicada na motivação, com base na mencionada teoria, é necessária a convalidação do ato administrativo.
(C) nas hipóteses em que a justificativa de direito for incongruente com o objeto, há de ser realizada a invalidação do ato com base na aludida teoria, mas não quando o defeito for no motivo de fato.
(D) nas hipóteses em que fique demonstrado que a justificativa de fato é inexistente, a aplicação de tal teoria deve ensejar a revogação do ato administrativo, sendo sanável eventual vício em relação ao motivo de direito.
(E) nas hipóteses em que está constatado o vício de motivo de fato ou de direito, com base na aludida teoria é vedada a anulação ou revogação do ato administrativo, diante da primazia de sua manutenção no ordenamento jurídico.

37

Entre os princípios expressamente referidos que norteiam o disposto na Lei nº 13.874/2019, a qual institui a declaração dos direitos de liberdade econômica e estabelece diretrizes de livre mercado, é correto indicar

(A) a supremacia do interesse público e a absorção das atividades econômicas pelo Estado.
(B) a indisponibilidade do interesse público e o domínio do Estado sobre o exercício das atividades econômicas.
(C) a economicidade e o monopólio do Estado sobre determinadas atividades econômicas.
(D) a livre iniciativa e a vedação de intervenção do Estado sobre as atividades econômicas.
(E) a boa-fé do particular perante o poder público e a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

38

Caso uma organização da sociedade civil formalize regularmente um termo de fomento com determinado Município para o desenvolvimento de um projeto de interesse público, é correto afirmar que tal entidade

(A) passa a integrar a Administração Pública Indireta, de modo que deverá realizar concurso público e licitação para fins de gastar o dinheiro do erário, submetendo-se, por conseguinte, à fiscalização do respectivo Tribunal de Contas.
(B) não passa a integrar a Administração Pública Direta ou Indireta, mas deve respeitar os princípios administrativos, notadamente moralidade e impessoalidade, ao gastar o dinheiro do erário, submetendo-se à fiscalização do respectivo Tribunal de Contas.
(C) passa a integrar a Administração Pública Direta, de modo que deverá realizar concurso público e licitação para fins de gastar o dinheiro do erário, mas não se submetem à fiscalização do respectivo Tribunal de Contas.
(D) não passa a integrar a Administração Pública Direta ou Indireta, mas deve realizar concurso público e licitação para gastar dinheiro do erário e, por isso, se submetem à fiscalização do respectivo Tribunais de Contas.
(E) já integrava a Administração Público Indireta, de modo deverá realizar concurso público e licitação para fins de gastar o dinheiro do erário, não se submetendo contendo à fiscalização do Tribunal de Contas, diante de sua personalidade de direito privado.

39

As questões afetas à consensualidade têm ganhado relevo nos debates atinentes ao direito administrativo moderno, sendo correto indicar como um instrumento consensual

(A) o embargo de uma obra.
(B) a demissão de um servidor municipal.
(C) a edição de Decreto autônomo.
(D) a formalização de um acordo de leniência.
(E) a anulação de um ato administrativo com efeitos retroativos.

40

No âmbito dos princípios administrativos, notadamente aqueles implícitos na Constituição da República, a perspectiva subjetiva do princípio da segurança jurídica é reconhecida pela doutrina e jurisprudência, especialmente para proteger as legítimas expectativas dos administrados em relação às condutas da Administração Pública.

Nesse contexto, é correto afirmar que a aludida perspectiva subjetiva do princípio da segurança jurídica é designada de princípio da

(A) economicidade.
(B) tutela da confiança.
(C) transparência ativa.
(D) motivação.
(E) finalidade.

Direito Civil e Processual Civil

41

Flávia procura uma renomada advogada pernambucana relatando que no último mês celebrou um contrato de compra e venda com vício de vontade. Assim, deseja saber, quais as consequências jurídicas.

A respeito do tema nulidade e anulabilidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

(A) A simulação, o dolo e a coação geram negócio jurídico nulo.
(B) O erro, o dolo e a lesão geram negócio jurídico anulável.
(C) O estado de perigo, a coação e fraude geram negócio jurídico nulo.
(D) A simulação, a lesão e o estado de perigo geram negócio jurídico anulável.
(E) O erro, estado de perigo e o abuso geram negócio jurídico nulo.

42

As questões processuais se dividem em questões principais, questões preliminares e questões prejudiciais de mérito. Cada uma destas se refere a uma categoria de matéria alegável pelas partes. A respeito do assunto, assinale a alternativa correta.

(A) As questões preliminares, uma vez reconhecidas, conduzem à extinção do processo sem resolução do mérito.
(B) É possível que uma questão prejudicial venha a ser abrangida pela coisa julgada material, respeitados os requisitos legais.
(C) Dentre as questões prejudiciais, incluem-se a convenção de arbitragem e a incompetência absoluta, ambas a impedir o exame do mérito do processo, se existentes.
(D) A diferença fundamental entre questões preliminares e questões prejudiciais é a de que as primeiras condicionam o exame do mérito, ao passo que as segundas impedem tal exame, uma vez reconhecidas.
(E) Falta de legitimidade e de interesse são reconhecidas como questões prejudiciais de mérito.

43

Analise as afirmativas a seguir.

I. A reconvenção pode ser proposta sem que o réu oferte contestação.
II. Assistência, litisconsórcio e denunciação da lide são espécies de intervenção de terceiros.
III. Dentre outras providências, o juiz deverá delimitar a distribuição do ônus da prova na decisão de saneamento e organização do processo.
IV. A sentença que homologa a transação extingue o processo sem exame do mérito.

É correto o que está dito em

(A) I, II e III.
(B) I e III.
(C) I, II e IV.
(D) II, III e IV.
(E) I e IV.

44

Luís Cabral e Carmen Cabral são pais de João Cabral, que tem 15 anos de idade. No último domingo, João profere golpes com uma arma branca em Maria, pois ela rejeitou namorar com ele. Dos golpes, Maria sofreu diversos danos.

Sabendo que João mora com os pais, que têm o poder familiar, analise a situação hipotética narrada e assinale a resposta correta.

(A) Em razão da incapacidade absoluta de João, os pais não respondem civilmente pelos danos causados pelo filho.
(B) Os pais respondem civilmente pelos danos causados pelo filho menor que estiver sob sua autoridade e em sua companhia.
(C) Pelos fatos de João ser relativamente incapaz, ele responde sozinho pelos danos causados.
(D) A menoridade de João exclui qualquer possibilidade de responsabilidade civil de seus pais por eventuais danos causados pelo filho.
(E) Os pais só respondem civilmente pelos danos causados por seu filho caso haja a emancipação legal.

45

O Município Alfa foi intimado a cumprir sentença que o condenou a pagar a quantia de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) em favor de João, com o intuito de indenizar danos materiais por ele sofridos em razão de erro médico.

O Município ofertou impugnação tempestiva, sustentando a existência de excesso de execução, sem indicar o valor que entende devido, bem como alegando a inexigibilidade da obrigação. Isso porque, após o trânsito em julgado, sobreveio decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade da lei que ampara a pretensão de João.

Não houve acolhimento da referida impugnação pelo juízo, que determinou, ato contínuo, a expedição de precatório em favor de João.

Nesse caso, é correto afirmar que

(A) ao alegar excesso de execução, o Município impedirá o cumprimento integral da decisão exequenda.
(B) o descumprimento do ônus de alegar o valor que entende devido não acarreta consequência processual ao Município, tratando-se de mera irregularidade formal.
(C) a alegação de inexigibilidade da obrigação nesse caso somente poderá ser analisada em sede de ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
(D) o inadimplemento da obrigação em sede de cumprimento de sentença por parte do Município ocasionou a incidência de juros e multa no percentual de 10% cada.
(E) o precatório deverá ser pago no prazo de dois meses contados da sua expedição, em agência bancária oficial próxima à residência do exequente.

46

Antônia é mãe de três filhas: Dulce, Lia e Severina. Dulce, 15 anos de idade, e Lia, 17 anos de idade, cursam o ensino médio em uma escola estadual pernambucana. Já Severina, 20 anos de idade, por estar em estado de coma internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital particular, não pode expressar a sua vontade.

Analise a situação hipotética e com base no tema Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade, assinale a afirmativa correta.

(A) Todas as filhas de Antônia são relativamente incapazes.
(B) Dulce e Lia são relativamente incapazes, já Severina, absolutamente incapaz.
(C) Dulce e Severina são relativamente incapazes, já Lia, absolutamente incapaz.
(D) Lia e Severina são relativamente incapazes, já Dulce, absolutamente incapaz.
(E) Dulce e Severina são absolutamente incapazes, já Lia, relativamente incapaz.

47

O Município de Abreu e Lima recebeu mandado de citação referente a ação civil pública, bem como de intimação para cumprimento de tutela provisória de urgência.

Quanto à tutela provisória concedida, o Juízo da Vara Única de Abreu e Lima determinou, sem oitiva prévia da Procuradoria-Geral, que o Município, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, promova a abertura de 350 (trezentos e cinquenta) vagas em creches municipais, sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Após pedido de informações para subsidiar a defesa do Município, o Secretário de Educação lhe informou que é tecnicamente inviável cumprir a decisão, sob pena de gerar grave desordem na prestação do serviço educacional municipal.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

(A) a decisão é nula, pois a tutela provisória somente pode ser concedida em desfavor do Poder Público após a oitiva do representante judicial da Fazenda, o que não ocorreu.
(B) concedida eventual suspensão da decisão pela Presidência do Tribunal de Justiça, tal suspensão vigorará, salvo revogação ou anulação, até a sentença de mérito do processo.
(C) o Município poderá formular pedido de suspensão da decisão à Presidência do Tribunal de Justiça, caso em que também poderá interpor agravo de instrumento em face da mesma decisão, cumulativamente.
(D) efetuado pedido de suspensão à Presidência do Tribunal de Justiça e sendo este negado, o Município poderá interpor agravo interno, cujo prazo de interposição será de 5 (cinco) dias, sem cômputo em dobro.
(E) interposto agravo de instrumento pelo Município em face da decisão e sendo este desprovido pelo Tribunal de Justiça, será cabível a formulação de novo pedido de suspensão à Presidência do Tribunal de Justiça.

48

Severino de Maria procura uma renomada advogada pernambucana relatando que Zacarias foi responsável por um acidente automobilístico que gerou graves danos a ele. Como o acidente ocorreu em janeiro de 2023, Severino está receoso por eventual prescrição.

Analise a situação hipotética com base no Código Civil brasileiro e assinale a alternativa correta.

(A) O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, interrompe a prescrição.
(B) Os acidentes automobilísticos, que causam danos pessoais de natureza grave, prescrevem em dez anos.
(C) A renúncia da prescrição é nula, sendo, por conseguinte, inadmissível, a decretação de ofício por parte da autoridade judicial.
(D) A prescrição intercorrente observará o prazo de dez anos, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção.
(E) A prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

49

Gilberto é garçom num restaurante localizado em Alto São Miguel, bairro do Município de Abreu e Lima, e recebe diariamente um valor médio de R$ 80,00 de gorjetas dos clientes que almoçam e jantam no estabelecimento.

De acordo com a legislação em vigor e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

(A) A gorjeta integra a remuneração.
(B) A gorjeta integra o salário.
(C) A gorjeta não integra o salário nem a remuneração.
(D) A gorjeta deverá ser integrada, pela média, no aviso prévio e no adicional noturno.
(E) A gorjeta deverá ser integrada, pela média, nas horas extras e no repouso semanal remunerado.

50

O Município de Abreu e Lima terceirizou o serviço de vigilância nas suas repartições públicas, mas não fiscalizou a empresa contratada, o que acabou gerando o inadimplemento da empresa prestadora dos serviços em relação ao FGTS de alguns dos vigilantes que prestaram serviços, e dois casos nos quais os vigilantes sequer tiveram a carteira de trabalho assinada pela empresa.

Nessa hipótese, de acordo com a norma de regência e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta caso haja reclamação trabalhista contra o empregador e o Município de Abreu e Lima.

(A) O Município de Abreu e Lima será responsabilizado solidariamente.
(B) O ente público municipal terá responsabilidade subsidiária.
(C) Poderá haverá reconhecimento do vínculo empregatício com o ente público para os vigilantes que não tiveram a CTPS assinada.
(D) Não haverá responsabilidade do Município porque ele é o tomador dos serviços.
(E) A responsabilidade é do Poder Público, exceto em relação ao FGTS, por expressa exclusão legal.

51

Numa sociedade empresária de grande porte do segmento de borracha instalada em Abreu e Lima, várias situações aconteceram com seus empregados, exigindo muito trabalho e habilidade do setor de Recursos Humanos.

De acordo com a legislação de regência, assinale a opção que contempla uma situação que gerará necessariamente a extinção do contrato de trabalho.

(A) A empregada Joelma, que foi aposentada por incapacidade permanente.
(B) O empregado Severino, que tem contrato de experiência, cujo termo final foi alcançado.
(C) Se a empresa tiver a recuperação judicial deferida.
(D) O empregado Tiago, que realizou distrato.
(E) A empregada Nise, que conseguiu a aposentadoria programada.

52

A quantidade de Ministros que devem compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a quantidade de turmas que o referido Tribunal possui são, respectivamente, de

(A) 17 Ministros e 7 turmas.
(B) 25 Ministros e 5 turmas.
(C) 32 Ministros e 10 turmas.
(D) 11 Ministros e 2 turmas.
(E) 27 Ministros e 8 turmas.

53

As partes apresentaram em juízo uma petição conjunta requerendo a homologação de um acordo extrajudicial, valendo-se do procedimento especial de jurisdição voluntária trazido com a Lei nº 13.467/17. A despeito de presentes todos os requisitos legais, o juiz, em decisão escrita, indeferiu a homologação pretendida por entender que o acordo era prejudicial ao trabalhador.

Diante dos fatos e da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

(A) O processo será aproveitado e seguirá como reclamação trabalhista contenciosa.
(B) Poderá ser impetrado mandado de segurança para que o acordo seja homologado.
(C) É cabível a interposição de recurso ordinário para que o acordo seja homologado.
(D) É cabível reclamação correicional para que o acordo seja homologado.
(E) Não há possibilidade de recurso porque se trata de decisão interlocutória.

54

Numa Vara do Trabalho foi ajuizada reclamação trabalhista e, como meio de prova, foram juntadas várias telas de *whatsapp* pelo autor. Em contestação, a empresa arguiu a falsidade daquela prova, afirmando que a conversa ali identificada jamais acontecera.

Em audiência, o advogado da empresa pediu a palavra pela ordem e requereu a produção da prova pericial para atestar a falsidade das telas de *whatsapp*. Dada a palavra ao advogado do autor, este requereu a exclusão das telas de *whatsapp* dos autos, optando por fazer a prova dos fatos constitutivos do direito por meio de testemunhas.

Diante dos fatos e da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

(A) Não se produzirá a prova pericial porque o documento será excluído dos autos.
(B) O exame pericial deverá ser feito, mesmo contra a vontade do autor, porque é possível que exista a prática de crime.
(C) Uma vez que a lei é omissa a respeito, caberá ao juiz, com seu livre arbítrio, determinar ou não a produção da prova pericial.
(D) A prova pericial se torna desnecessária, mas pelo comportamento reprovável, a norma determina a punição do autor como litigante de má-fé.
(E) O exame pericial deve ser realizado e, por haver requerido a prova técnica, a empresa deverá antecipar os honorários periciais.

55

O contrato de emprego tem requisitos próprios que o caracterizam e o distinguem de outras modalidades contratuais.

Das opções a seguir, indique aquela que contém um requisito desnecessário para que o vínculo empregatício seja reconhecido em juízo.

(A) Subordinação, não eventualidade.
(B) Onerosidade, pessoalidade.
(C) Permanência e salário.
(D) Pessoalidade e subordinação.
(E) Não eventualidade e exclusividade.

56

Em determinada Vara do Trabalho há uma reclamação trabalhista que tramita pelo procedimento sumaríssimo. Na Vara do Trabalho vizinha tramita um inquérito para apuração de falta grave.

Com base na CLT, as quantidades máximas de testemunhas que cada parte poderá ouvir no procedimento sumaríssimo e no inquérito para apuração de falta grave, nesta ordem, são

(A) duas e três testemunhas.
(B) três e seis testemunhas.
(C) duas e seis testemunhas.
(D) três e duas testemunhas.
(E) duas e duas testemunhas.

Direito Ambiental e Urbanístico

57

Considerando os instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade, assinale opção que descreve corretamente um desses instrumentos.

(A) A criação de um plano plurianual é um exemplo de instituto tributário e financeiro utilizado para arrecadar contribuições de melhoria sobre áreas urbanas valorizadas pela instalação de infraestrutura pública, como novas vias de transporte.
(B) A concessão de direito real de uso para fins de moradia social é um instituto jurídico que permite ao Poder Público municipal disponibilizar terrenos urbanos para famílias de baixa renda, assegurando o direito à moradia digna e a regularização fundiária.
(C) O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) tem como escopo precípuo contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade do meio ambiente e da vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise do uso e ocupação do solo e mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público.
(D) A instituição de zonas especiais de interesse social (ZEIS) permite ao Poder Público municipal demarcar áreas prioritárias para a implantação de operações urbanas consorciadas, visando a revitalização de regiões degradadas sem a participação de planos de desenvolvimento econômico e social.
(E) A concessão de uso especial para fins de moradia é um instituto tributário e financeiro que se utiliza para isentar do pagamento de IPTU imóveis que atendam critérios de preservação ambiental estabelecidos no zoneamento ambiental.

58

O município GAMA, incluído no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de desastres socioambientais como deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, está em processo de revisão de seu plano diretor.

Assinale a opção que indica uma diretriz prioritária a ser considerada no instrumento básico integrante do processo de planejamento deste munícipio.

(A) O plano diretor deve priorizar o planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastre a parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, para fins de diversidade de usos e de contribuição para a geração de emprego e renda.

(B) A identificação das áreas suscetíveis a desastres naturais pode ser realizada utilizando critérios municipais, dispensando a necessidade de cartas geotécnicas.

(C) A implementação de medidas de drenagem urbana será obrigatória no plano diretor, desde que não estejam previstas no plano estadual de recursos hídricos.

(D) O plano diretor do Município GAMA deverá prever demarcação de zonas especiais de interesse social para habitação, garantindo a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares conforme estabelecido na Lei nº 11.977/2009 e outras normativas federais e estaduais aplicáveis.

(E) A identificação e diretrizes para a preservação e ocupação das áreas verdes municipais não é obrigatória no plano diretor do município GAMA, apenas se relacionada à redução imediata dos impactos dos desastres naturais.

59

Assinale a opção que indica corretamente um princípio fundamental estabelecido pela Lei nº 14.026/2020 para os serviços públicos de saneamento básico.

(A) A integralidade dos serviços de saneamento básico, que implica na prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de modo a atender integralmente às necessidades da população.

(B) O estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento do prestador, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução de custos.

(C) A priorização da prestação regionalizada dos serviços públicos, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços.

(D) A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, permitida a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

(E) Conquanto seja um princípio fundamental para os serviços públicos de saneamento básico a redução e controle das perdas, a legislação não prevê de forma explícita o fomento ao reuso de efluentes sanitários, somente ao aproveitamento das águas das chuvas.

60

Quanto às categorias de unidades de conservação conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a unidade de conservação que tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, proibindo a visitação pública, exceto para fins educacionais é o(a)

(A) Parque Nacional.

(B) Reserva Biológica.

(C) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

(D) Reserva de fauna.

(E) Refúgio da vida silvestre.

61

A empresa BETA, que atua no setor de energia renovável, pretende construir um parque eólico em uma área costeira no estado de Pernambuco. O projeto envolve a instalação de aerogeradores para aproveitamento do vento e geração de energia elétrica. Durante o processo de licenciamento ambiental, foram realizados estudos que indicaram impactos potenciais sobre a avifauna local, especialmente sobre espécies migratórias que utilizam a região como rota de migração.

Conforme a legislação vigente, assinale a afirmativa que descreve corretamente uma etapa específica do procedimento de licenciamento ambiental e os estudos ambientais necessários.

(A) Após a emissão da Licença Prévia (LP), a empresa está autorizada a iniciar a instalação dos aerogeradores, sujeitando-se apenas à regularização das licenças subsequentes após a conclusão do parque eólico.

(B) O órgão ambiental competente pode solicitar esclarecimentos e complementações várias vezes ao longo do processo de licenciamento do projeto da empresa BETA, até que todos os documentos, projetos e estudos ambientais, como o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) estejam completamente satisfatórios para o deferimento da Licença de Operação (LO).

(C) Os estudos necessários ao processo de licenciamento devem ser conduzidos por profissionais legalmente habilitados, sendo de responsabilidade do órgão ambiental competente a verificação da conformidade dos profissionais contratados pelo empreendedor para elaboração dos estudos ambientais.

(D) Caso haja necessidade de nova complementação nos estudos de impacto ambiental após esclarecimentos já prestados pelo empreendedor, o órgão ambiental competente poderá formular novo pedido de complementação, desde que mediante decisão motivada e com a participação do empreendedor, visando assegurar a adequação dos estudos aos impactos identificados, especialmente aqueles relacionados à avifauna migratória na área costeira.

(E) O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença, em função da peculiaridade da atividade, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 9 (nove) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 18 (dezoito) meses.

62

A empresa ALFA, especializada em produção de papel, está planejando implantar um novo empreendimento no município de Abreu e Lima em uma região de nascentes e cursos d'água cruciais para o abastecimento público. O empreendedor protocolou requerimento de licença ambiental junto ao órgão municipal de meio ambiente, integrante do SISNAMA, considerando que o projeto envolve a utilização de recursos hídricos em várias etapas de seu processo produtivo, o que pode impactar significativamente o meio ambiente local.

Durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), foram identificados potenciais impactos sobre os recursos hídricos da região, não apenas devido à possibilidade de contaminação por efluentes industriais de rios da região, mas também pela possibilidade de alteração do regime de vazão de rios adjacentes ao empreendimento que drenam para o manancial de captação do sistema de abastecimento de água de 3 (três) municípios limítrofes.

Considerando a repartição de competências entre os entes federativos e os procedimentos legais aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

(A) A competência para licenciar o empreendimento industrial no caso é exclusivamente do órgão estadual de meio ambiente, considerando a abrangência dos impactos ambientais identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

(B) A competência para licenciar o empreendimento industrial no caso é exclusivamente do órgão municipal de meio ambiente, responsável por emitir certidão, que deve constar obrigatoriamente do licenciamento ambiental, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e a outorga para o uso da água.

(C) O órgão estadual pode atuar em caráter supletivo no licenciamento ambiental do projeto da empresa ALFA, considerando que os impactos ambientais diretos ultrapassam os limites territoriais de um ou mais Municípios.

(D) O licenciamento ambiental do empreendimento industrial pode ser concedido tanto pelo órgão estadual quanto pelo órgão municipal de meio ambiente, em atuação concorrente, considerando a abrangência dos impactos ambientais identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

(E) O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve considerar apenas os impactos locais do empreendimento sobre os recursos hídricos, deixando para o órgão estadual de gestão de recursos hídricos a avaliação dos impactos regionais e a realização de audiências públicas.

63

O Município de Abreu e Lima editou a lei complementar X dispondo sobre Projetos Urbanísticos com Diretrizes Especiais para Unidades Autônomas – PDEU, para fins de estabelecimento de loteamentos fechados, também chamados de condomínios horizontais ou condomínios urbanísticos, de forma isolada e desvinculada do plano diretor.

O Ministério Público ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a lei complementar X no Tribunal de Justiça de Pernambuco, alegando que não poderia ter sido editada essa lei, uma vez que se trata de assunto que deveria ser discutido no plano diretor do Município, tendo, contudo, o Tribunal de Justiça julgado a ADI improcedente.

Contra a decisão do Tribunal de Justiça, o Ministério Público interpôs recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, argumentando que a Lei X violaria o Art. 182, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que define que é o plano diretor o instrumento básico de política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Em relação à tutela constitucional do meio ambiente, à competência administrativa e legislativa em matéria ambiental, a Lei de Parcelamento do solo e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre as matérias subjacentes, assinale a afirmativa correta.

(A) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o Art. 182, § 1º, da CF, ao erigir o Plano Diretor a “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” não abarcou interpretação que permitiria ao legislador infraconstitucional produzir atos legislativos específicos para cada espaço urbano.

(B) A criação de loteamentos fechados não poderia ser feita por Lei municipal, considerando que a União é o ente federativo que detém competência legislativa exclusiva para o direito urbanístico.

(C) A edição da lei X está inserida na competência legislativa conferida pela Constituição Federal aos Municípios, e nada impede que a matéria seja disciplinada em ato normativo desvinculado ao disciplinado no Plano Diretor.

(D) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional, sob o aspecto material, a lei que dispõe sobre uma forma diferenciada de parcelamento do solo urbano, como é o caso da Lei Complementar X, tratando da disciplina de loteamentos fechados e dos requisitos urbanísticos mínimos a serem neles observados.

(E) Os Municípios com mais de 20 mil habitantes podem legislar sobre programas e projetos específicos de ordenamento do espaço urbano por meio de leis que sejam compatíveis com as diretrizes fixadas no plano diretor, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal.

64

Assinale a opção que indica uma das implicações da Lei nº 14.026/2020, conhecida como o novo marco legal do saneamento básico no Brasil.

(A) A Lei nº 14.026/2020 possibilitou a formação de arranjos federativos de contratação pública compatíveis com a autoadministração dos municípios, mas priorizou a centralização das decisões sobre políticas de saneamento no âmbito federal.

(B) A nova legislação permite que os Municípios mantenham a titularidade das atividades de saneamento, porém estabelece critérios de conformidade regulatória para acesso a recursos federais.

(C) Após a promulgação da Lei nº 14.026/2020, os contratos de programa para execução de serviços públicos de saneamento básico foram proibidos, centralizando a gestão sob controle federal, representando uma afetação proporcional à autonomia negocial dos municípios, em prol da realização de objetivos setoriais igualmente legítimos.

(D) O Supremo Tribunal Federal, em recente julgamento, considerou a Lei nº 14.026/2020 parcialmente inconstitucional por ofensa ao princípio federativo em decorrência de a nova redação do Art. 50 da Lei nº 11.445/2007 determinar os requisitos de conformidade regulatória esperados dos Municípios, do Distrito Federal e dos Estados, para que façam jus às transferências voluntárias, onerosas e não onerosas, provenientes da União.

(E) A Lei nº 14.026/2020 prevê mecanismo de *compliance* e de condicionamento da destinação de recursos federais via transferências voluntárias, sendo necessária a existência de lei disciplinadora das condições para a percepção das dotações.

Direito Tributário

65

Considere que João tenha recebido um carnê de IPTU e que deseje suspender a exigibilidade do crédito tributário.

Nesse caso, ele poderá

(A) parcelar o crédito tributário.

(B) pagar o crédito tributário.

(C) aderir a anistia do crédito tributário.

(D) requerer a remissão do crédito tributário.

(E) ajuizar ação anulatória.

66

A Fazenda Nacional lavrou auto de infração visando à cobrança de imposto sobre a renda em face de João. Os rendimentos cobrados no auto de infração eram decorrentes do tráfico de drogas.

A tributação de valores oriundos de fatos ilícitos decorre do princípio tributário da(o)

(A) capacidade contributiva.

(B) não-confisco.

(C) *pecunia non olet.*

(D) irretroatividade.

(E) anterioridade.

67

De acordo com a repartição das receitas tributárias, prevista na Constituição Federal, pertencem aos Municípios

(A) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto residual, que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída.

(B) cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

(C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

(D) vinte por cento do produto da arrecadação Imposto de Renda na fonte, sobre os rendimentos pagos ou creditados por eles a seus servidores.

(E) cinquenta por cento da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR), relativo aos imóveis neles situados no caso de os Municípios fiscalizarem e arrecadarem o imposto.

68

De acordo com a Lei nº 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais – LEF), o prazo para a oposição dos embargos de execução é de

(A) 30 dias, contados da citação do executado.

(B) 15 dias, contados da citação do executado.

(C) 30 dias, contados da intimação da penhora.

(D) 15 dias, contados da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia.

(E) 10 dias, contados do depósito.

69

De acordo com o CTN, é vedada a revisão de ofício pela autoridade administrativa se

(A) a declaração não for prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.

(B) extinto o direito da Fazenda Pública.

(C) comprovada falsidade quanto a algum elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.

(D) comprovada omissão do sujeito passivo que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.

(E) comprovado que o sujeito passivo agiu com dolo, fraude ou simulação.

70

De acordo com a Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

Trata-se de manifestação da

(A) imunidade heterônoma.

(B) alíquota zero.

(C) não incidência legal.

(D) Isenção.

(E) imunidade recíproca.

71

De acordo com o CTN e a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o assunto, assinale a afirmativa correta no que tange à repetição de indébito tributário.

(A) Na repetição de indébito tributário referente a recolhimento de tributo direto, resta necessária a comprovação de que não houve repasse do encargo financeiro decorrente da incidência do imposto ao consumidor final.
(B) A lei estadual ou municipal não pode prever a incidência da taxa SELIC na repetição de indébito de tributos estaduais ou municipais.
(C) O prazo de prescrição quinquenal para pleitear a repetição tributária, nos tributos sujeitos ao lançamento de ofício, é contado da data da declaração de inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo em controle concentrado, pelo STF.
(D) É desnecessária, para o reconhecimento do direito de repetição, a juntada de todos os comprovantes de recolhimento do tributo, providência que poderá ser realizada em sede de liquidação do título executivo judicial.
(E) Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

72

Assinale a opção que, de acordo com a Constituição Federal, apresenta um tributo que deve ser instituído por meio de Lei Complementar.

(A) Imposto sobre grandes fortunas.
(B) Imposto sobre a renda.
(C) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
(D) Taxas em geral.
(E) Contribuições de melhoria.

Direito Previdenciário

73

Paulo trabalhava numa prestadora de serviços em Desterro, bairro do Município de Abreu e Lima, quando foi dispensado sem justa causa em março de 2022. Aquele era o 1º emprego formal de Paulo, que lá permaneceu por 8 meses. Em dezembro de 2023 Paulo contraiu Covid e precisou ficar isolado em sua residência por 40 dias para uma recuperação plena.

Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

(A) O segurado fará jus ao benefício porque se encontra no período de graça.
(B) Por se encontrar no chamado período de graça, Paulo receberá metade do valor do auxílio por incapacidade temporária.
(C) Somente haverá direito ao benefício do auxílio por incapacidade temporária se Paulo ficar com sequela decorrente da doença.
(D) Paulo terá direito ao benefício, mas somente a partir do 16º dia.
(E) Paulo não terá direito ao recebimento do auxílio por incapacidade temporária.

74

Pedro reside em Caetés I, bairro do Município de Abreu e Lima, é aposentado pelo INSS desde 2021 mas resolveu continuar trabalhando no mesmo emprego para se manter ativo. Em junho de 2024, Pedro contraiu dengue e, diante de sua idade avançada e condição de saúde frágil, necessitou de 30 dias de afastamento do emprego para que pudesse se recuperar totalmente.

Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

(A) O segurado receberá, no período de afastamento, metade do valor da aposentadoria e metade do auxílio por incapacidade temporária.
(B) Pedro não poderá acumular a aposentadoria com o auxílio por incapacidade temporária.
(C) Em razão de previsão legal, o empregador de Pedro deverá pagar o salário durante os 30 dias de afastamento.
(D) Pedro não acumulará benefícios, salvo se tiver feito contribuição adicional ao INSS.
(E) O segurado receberá aposentadoria e auxílio por incapacidade temporária a partir do 16º dia de afastamento.

75

Numa empresa com 50 empregados localizada no Centro, bairro do Município de Abreu e Lima, as empregadas Rachel e Bárbara engravidaram. Rachel teve seu bebê em maio de 2024, mas Bárbara, infelizmente, sofreu um aborto espontâneo na 2ª semana de gravidez.

Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

(A) Ambas terão 120 dias de licença maternidade.
(B) Rachel e Bárbara terão, cada qual, cinco meses de licença maternidade.
(C) Raquel terá cinco meses de licença maternidade e Bárbara terá uma semana de afastamento.
(D) Rachel terá 120 dias de licença maternidade e Bárbara, duas semanas de licença maternidade.
(E) Bárbara terá 120 dias de licença maternidade e Rachel, 180 dias de licença maternidade.

76

Helena recebe aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) há 10 anos e Brenda recebe aposentadoria por tempo de contribuição há 13 anos. Helena e Brenda residem em Fosfato, bairro do Município de Abreu e Lima, e são amigas desde o ensino médio.

Agora, com idade muito avançada, ambas precisam do auxílio permanente de uma cuidadora. Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

(A) Somente Helena fará jus a um acréscimo de 25% sobre a aposentadoria.
(B) Helena e Brenda terão direito a um acréscimo de 50% no benefício previdenciário.
(C) Não haverá direito a acréscimo para nenhuma das aposentadorias citadas.
(D) Somente Brenda fará jus a um acréscimo de 50% sobre a aposentadoria
(E) Brenda terá direito a um acréscimo de 25% e Helena, de 50% sobre as aposentadorias respectivas.

77

Custódio reside em São Bento, bairro do Município de Abreu e Lima, é aposentado pelo INSS e recebe o valor equivalente a 3 salários-mínimos mensais da autarquia federal. No mês de junho de 2024, Custódio foi ao banco retirar o extrato da conta aberta pelo INSS apenas para recebimento da aposentadoria.

Para sua surpresa, notou que havia 2 bloqueios judiciais: um deles de R$ 400,00 para pagamento de pensão alimentícia da qual Custódio era devedor e se encontrava em atraso, e outro de R$ 600,00 relativo a uma dívida que Custódio tinha com uma empregada doméstica que o acionou judicialmente e teve ganho da causa na Justiça do Trabalho, já em fase de execução forçada.

Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

(A) Os descontos são ilegais e precisam ser devolvidos.
(B) A subtração da pensão alimentícia é válida, mas a da Justiça do Trabalho, não.
(C) A penhora de até 60% dos proventos de aposentadoria é válida, independentemente da origem da dívida, sob pena de estimular o inadimplemento.
(D) A subtração da pensão alimentícia é inválida, mas a da Justiça do Trabalho é regular.
(E) Ambos os descontos são lícitos porque se destinam ao pagamento de prestação alimentícia.

78

Genivaldo, que reside em Pitanga, bairro do Município de Abreu e Lima, estava desempregado há muitos anos e então resolveu aderir como contribuinte facultativo da Previdência Social. Genivaldo contribui para o INSS desde janeiro de 2023 sobre o valor de 1 salário-mínimo.

Por má influência de amigos, Genivaldo acabou se envolvendo com uma quadrilha especializada em assalto a comércio. Numa dessas tentativas, que terminou em tragédia pela morte de duas pessoas inocentes, Genivaldo foi preso e condenado criminalmente, em decisão transitada em julgado em julho de 2024. Genivaldo tem esposa e 1 filho de 4 anos de idade.

Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

(A) Não será devido o pagamento do auxílio-reclusão por falta de carência.
(B) Os dependentes de Genivaldo receberão o auxílio-reclusão no valor de 1 salário-mínimo.
(C) Indevido o auxílio-reclusão porque este benefício só alcança os segurados obrigatórios.
(D) Caberá ao juiz, analisando as necessidades dos dependentes e a situação concreta, deferir ou não o pagamento do auxílio-reclusão.
(E) Tratando-se de segurado facultativo, o auxílio-reclusão será devido, mas pela metade do seu valor.

79

O **Fator Acidentário de Prevenção (FAP)** é uma alíquota adicional incidente sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho.

O FAP varia anualmente, sendo calculado sempre sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da Previdência Social. As empresas que registram maior número de acidentes ou doenças ocupacionais pagam mais. Caso a empresa não tenha nenhum evento de acidente de trabalho, a empresa é bonificada com a redução de 50% da alíquota.

Diante dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta sobre as alíquotas do FAP.

(A) Podem ser de 0,5%, 1% ou 1,5%.
(B) Podem ser de 1%, 3% ou 5%.
(C) Podem ser de 1%, 2% ou 3%.
(D) Podem ser de 0,1%, 0,2% ou 0,3%.
(E) Podem ser de 10%, 20% ou 30%.

80

Renata faleceu num trágico acidente do trabalho ocorrido em junho de 2024, na indústria de argamassa em que trabalhava há 7 anos, localizada em Matinha, bairro do Município de Abreu e Lima. Renata era solteira e tinha um filho adotivo de 19 anos de idade. Na residência de Renata moravam ainda seus pais e uma irmã dela, de nome Juliana, com 28 anos de idade. O filho adotivo, os pais e a irmã viviam comprovadamente sob a dependência econômica de Renata, que era a única da família que trabalhava e gerava renda.

Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

(A) Haverá rateio da pensão por morte entre o filho, os pais e a irmã da falecida.
(B) Pelo critério de idade, apenas os pais de Renata poderão se habilitar à pensão por morte.
(C) A pensão por morte será devida apenas ao filho adotivo.
(D) Somente Juliana, por ser dependente classe 1, poderá se habilitar à pensão por morte.
(E) Haverá rateio da pensão por morte entre o filho e os pais de Renata.

PROVA DISCURSIVA

Uma lei de 30 de setembro de 1985, do Município Alfa, possui previsão de pensão vitalícia a dependentes de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do Município, falecidos no exercício do mandato. A Procuradoria-Geral da República, tendo conhecimento disso, provocou o Supremo Tribunal Federal (STF), em controle concentrado de constitucionalidade.

Instado a se manifestar sobre o caso pelo STF, o Prefeito do Município pediu um parecer técnico à sua Procuradoria. Na condição de Procurador Jurídico, deve-se (a) analisar formalmente qual o mecanismo próprio para essa provocação ao STF e seus fundamentos, assim como (b) materialmente as razões utilizadas pelo STF nesse tipo de julgamento, circunscrevendo-se o candidato à forma de governo e aos direitos fundamentais.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

Realização

FGV CONHECIMENTO